

APA DISPENSA ESTUDO DE IMPACTE AMBIENTAL

Região algarvia revela estupefação e revolta com avanço do petróleo

Uma semana depois de a Agência Portuguesa do Ambiente (APA) ter dispensado um estudo ao possível impacto ambiental que a prospeção petrolífera ao largo de Aljezur poderá representar para o Algarve e para o país, a decisão continua a motivar um coro de protestos na região

> NUNO COUTO

O Algarve em peso está indignado com a decisão tomada pela Agência Portuguesa do Ambiente (APA) de não avançar com a avaliação de impacto ambiental à prospeção de petróleo ao largo da Costa Vicentina.

Segundo a AMAL, que reúne os 16 presidentes de câmara do Algarve, esta é “mais uma decisão errada e incompreensível para a região e para todos aqueles que consideram que este processo deve estar técnica e cientificamente fundamentado quanto aos riscos e impactos que uma medida de prospeção e exploração de petróleo tem na costa algarvia e na região do Algarve”.

“Perdeu-se mais uma oportunidade de erradicar um erro” e, assim, “persiste a ameaça à região”, acrescentam os municípios algarvios, ao mesmo tempo que garantem que irão continuar, “pela via judicial”, a lutar contra este processo.

Já para a Região de Turismo do Algarve (RTA), esta decisão da APA revela “desconsideração” pela região. “Rejeitar uma avaliação de potenciais riscos de perfuração é negar a importância que a po-

pulação tem para um país. É uma afronta o Governo compactuar e negar a existência de impactos negativos não só para o ambiente, mas também para os habitantes do território algarvio”, referiu o ainda líder do turismo algarvio, Desidério Silva, descrevendo esta decisão como “desrespeitosa e vergonhosa”.

Também os empresários do Algarve, através das associações ACRAL, AIHSA, AHETA, CEAL e NERA, condenam veementemente a recente decisão de autorizar, sem estudo prévio de impacto ambiental, a prospeção de petróleo na costa de Aljezur. Uma decisão que – alertam – “abre a porta para uma futura autorização de exploração”.

“Para nós, a questão é clara: não estamos de acordo em pôr em risco uma atividade económica com um elevado grau de desenvolvimento, em pleno funcionamento, de enorme importância para a região e para o país, como é o turismo”, referem os empresários algarvios.

“Como vamos explicar isto aos alunos?”

No meio do imenso coro de vozes de protesto, destaca-se a direção do agrupa-



mento de escolas Pinheiro e Rosa, em Faro, que veio a público demonstrar o seu desagrado pelo facto de um dos seus principais parceiros na área ambiental, a APA, ter dispensado a avaliação de impacto ambiental.

“Esta decisão é difícil de explicar aos alunos”, comenta a direção do agrupamento de escolas de Faro, recomendando à APA que reconsidere “a urgente necessidade de não dispensar a avaliação de impacto ambiental deste projeto, por forma a garantir a transparência do processo, a confiança dos cidadãos e a coerência com os valores da missão e da visão da APA sobre as questões ambientais”.

Uma “vergonha” para a defesa do ambiente

Entre as vozes mais críticas estão também os socialistas do Algarve, que consideram a decisão da APA uma “vergonha” para a defesa do ambiente.

O PS Algarve acentua que a região já tem o seu petróleo, o turismo, “que é muito mais lucrativo e muito menos nocivo que o crude”.

A Federação do PS Algarve exorta ainda o Governo a constituir com caráter urgente uma “comissão técnica de acompanhamento”, com o objetivo de “assegurar o acompanhamento de todo o processo de prospeção de uma forma independente,

transparente e credível”.

Já o PSD Algarve acusa o Governo de estar “com as mãos sujas a enganar os algarvios”. Para os sociais-democratas, ao dispensar o estudo ambiental, “o Governo está a violar o direito à informação dos algarvios” e “a violar a palavra de que seriam tomadas todas as medidas de proteção ambiental”.

Por seu lado, o PCP e o BE reafirmam a exigência de estudos de impacto ambiental e económico antes da realização dos trabalhos de pesquisa e exploração de petróleo no Algarve, frisando que essa medida “impunha-se face às legítimas preocupações da população”.

Movimentos voltam à carga com mais protestos

Entretanto, o Movimento Algarve Livre de Petróleo (MALP) vai promover mais um protesto contra o furo de petróleo ao largo da Costa Vicentina. Será em Faro, no próximo dia 5 de junho, pelas 9h00, para pedir a impugnação do furo de petróleo.

Refira-se que, nesse dia, o ministro do Ambiente e outros membros do Governo estarão em Faro para comemorar o Dia Mundial do Ambiente.

Assim, o MALP marcou o protesto na Praça da Liberdade, junto da CCDR, para “acampar o dia todo”.

MINISTRO DO AMBIENTE EM FARO A 5 DE JUNHO

Algarve debate alteração do Programa Nacional de Políticas de Ordenamento do Território

O período de discussão pública da proposta de alteração do Programa Nacional de Políticas de Ordenamento do Território (PNPOT) decorre até 15 de junho e esta será apresentada em Faro no dia 5 de junho, com a presença do ministro do Ambiente, João Pedro Matos Fernandes.

No âmbito do processo de discussão pública, a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve (CCDR Algarve) promove uma sessão onde também marcam presença os secretários de Estado do Ordenamento do Território e Conservação da Natureza, Célia Ramos, e das Florestas e Desenvolvimento Rural, Miguel Freitas, e estão igualmente previstas intervenções do presidente da CCDR Algarve, da diretora-geral do

Território e da coordenadora científica da alteração do PNPOT, nos termos do programa proposto.

O PNPOT estabelece as opções estratégicas com relevância para a organização do território nacional, consolida o quadro de referência a considerar na elaboração dos demais programas e planos territoriais, nomeadamente o programa regional de ordenamento do território e os planos diretores municipais ou intermunicipais.

Determinada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 44/2016, de 23 de agosto, esta proposta incide, em particular, num novo programa de ação a 10 anos, no contexto de uma estratégia de organização e desenvolvimento territorial de mais

longo prazo suportada por uma visão para o futuro do país, assim como num novo regime de gestão, acompanhamento e monitorização.

O documento constitui uma orientação para as políticas setoriais e para os planos e programas de âmbito nacional, regional e local, em articulação com os programas de investimentos estruturais mais importantes

Durante o período de discussão pública, quaisquer contributos podem ser apresentados diretamente nos portais “Participa” ou “PNPOT”. A participação na sessão está sujeita a inscrição obrigatória e está limitada à capacidade do Auditório da CCDR Algarve.